

NESTOR FATIA VITAL

**O "MALUCO"**  
**e o seu 150.º aniversário**

1829



1979



LISBOA

MCMLXXIX



Principais variantes a observar nos exemplares acima:

- Anverso: ponto ou rosácea a separar a legenda a topo; maior ou menor separação entre ALG . REGINA; florões laterais do escudo.
- Reverso: algarismos da era e do valor; c/ ponto ou sem ponto sob o C de PUBLICÆ; tipo da grinalda; uma ou três rosáceas sob a era.



# 150.º ANIVERSÁRIO DO "MALUCO"

por NESTOR FATIA VITAL

Por iniciativa do Governo da Região Autónoma dos Açores e da Casa dos Açores, em Lisboa, está decorrendo a Semana dos Açores, com uma ampla exposição no Estoril. No acto inaugural, o chefe do Governo regional presenteou o Presidente da República e a Primeiro Ministro com os exemplares 1 e 2 da medalha comemorativa da primeira fundição de moeda na Ilha Terceira, em 1829, os 80 réis de bronze a que o povo insulano chamou o «Maluco».

Esta bela medalha, de que se cunharam 10 exemplares de prata e 350 de bronze, numerados à francesa, apresenta a reprodução do «maluco», orlada com as seguintes legendas exteriores: anverso — Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.; reverso — 150.º Aniversário da Única Moeda Fundida nos Açores (Angra) . 1979. A peça tem um diâmetro de 45 mm.

Trata-se da comemoração de mais uma moeda com história e que fez História, símbolo de importantes factos na vida açoreana e raridade numismática.

Conquanto não seja fácil tarefa, em virtude da escassez de fontes contemporâneas, este curioso numisma merece particular estudo, pelo que nos decidimos a alinhar algumas informações, nos limites desta crónica. De facto, muito do que se conhece sobre o «maluco», chegou-nos pela tradição oral.

O aparecimento desta moeda verifica-se num enquadramento histórico muito especial de Portugal, numa sucessão de acontecimentos, tais como as invasões francesas, a ida de João VI para o Brasil, a independência deste, a abdicação de Pedro IV, da coroa de Portugal, a favor de sua filha Maria da Glória, o regente Miguel usurpando o poder e tornando-se abusivamente rei absoluto, a Convenção de Évora-Monte após as lutas de Pedro com o apoio dos liberais e do desembarque do Mindelo e cerco do Porto.

Não é difícil reconhecer que tamanha desestabilização nacional, votara as Ilhas açoreanas, a uma das maiores crises de abandono, nomeadamente a Ilha Terceira e a sua capital, Angra do Heroísmo, de onde partiram os bravos do Mindelo, falange liberal libertadora constituída por uns 6100 açoreanos, 1100 refugiados portugueses e 300 estrangeiros, na sua maioria oficiais.

A carência de moeda metálica e divisionária sempre se fez sentir nos Açores. Ao consultar-se os 16 volumes do «Arquivo dos Açores», vamos encontrar bastas provas de reclamações por falta de monetário, profusão de moeda falsa, repúdio pelo papel-moeda imposto por Maria I<sup>(1)</sup> e a ultrajante realidade de a moeda estrangeira, nomeadamente espanhola ser a de curso corrente, de que são testemunho as cartas do Bispo de Angra, de 27-9-1794, ao ministro do reino, José Seabra da Silva e de 1-3-1795, dos ofícios de D. Antão de Almada para o Marquês Mordomo-Mor, entre eles o de 21-7-1794, sobre a falta de moeda nas Ilhas, etc. Esta situação arrastara-se entrando o século XIX com características alarmantes, chegando a verificarem-se levantamentos populares. A moeda espanhola de prata era cortada aos pedaços, para trocos. A moeda portuguesa continental, além de escassa, principalmente a de prata, tinha recolha forçada pois que a liquidação de impostos a Portugal era obrigatoriamente feita em moeda nacional. Em 1829, em Angra, chega-se ao ponto de se cambiarem objectos por objectos, crescendo a especulação e o açambarcamento do pouco monetário existente.

É então que a Junta Provisória açoreana decide, por Ordem de 7 de Maio de 1829, fabricar moeda local, para o que foi encarregado um artista, entalhador por certo, pois o cunho primitivo foi de madeira, segundo notícia chegada até hoje. O lavramento fez-se pelo processo de fundição em moldes de areia fina e para matéria-prima utilizaram-se peças inteiras ou partidas de canhões usados e bombardas, existentes no Arsenal de Angra. Só estes aspectos, dos bons entalhadores que a Sé de Angra tinha e o problema da substituição dos canhões, após um certo uso, nos Arsenais que existiam em todos os portos portugueses, o que já envolve balística, ambos seriam assuntos curiosos que não nos cabe abordar.

Esta, portanto, a primeira fase da fundição do «maluco», na Casa da Moeda de Angra<sup>(2)</sup>, que existia onde hoje se situa o Hospital. Estas primeiras moedas, com a particularidade de apresentarem a era — 1829 — com algarismos grandes e as armas do anverso com escudo redondo, distinguem-se ainda pela sua cor acastanhada.

Como se compreende, a produção dos 80 réis não conseguia suprir as necessidades e entra-se numa segunda fase do primeiro cunho, recorrendo-se ao bronze dos sinos das Igrejas, resultando o «maluco» numa cor acinzentada, em virtude da menor percentagem de cobre e a introdução na liga de outros metais, incluindo a prata, que não devia ultrapassar, no total desta última incorporação, uns 5%. Mas as Igrejas na Terceira e Graciosa eram poucas e os sinos também. A moeda rareia e a Junta Provisória publica um edital elevando o valor circulatório do «maluco» para 100 réis. Pela Portaria de 19-8-1829, o Conde de Vila Flor vê-se forçado a autorizar o curso legal do «duro» espanhol



nos Açores, o que demonstra que a sua anterior ordem de requisição de sinos e sinetas das Igrejas, Conventos e Ermidas, bem como as respectivas pratas, não bastara como solução.

A regência do Reino, bem ordenara, pelo Decreto n.º 40, de 27-6-1831, autorização para a cunhagem de moeda na Ilha Terceira<sup>(3)</sup>, como que uma constatação do facto consumado só que faltava a matéria-prima, para lavramento de bronze.

Com a chegada de Pedro IV à Ilha de S. Miguel, a qual se revoltara em 1821<sup>(4)</sup> no propósito de se separar do Governo da Capitania Geral da Ilha Terceira e que sempre se mantivera fiel ao miguelismo, é conseguida uma geral hegemonia de Angra sobre todo o arquipélago. Se os «malucos» existentes não bastavam para uma ilha muito menos respondiam à procura em nove. Além disso, era necessário prover aos pagamentos do exército liberal que se formara, para vir libertar Portugal<sup>(5)</sup>. Nestas circunstâncias a especulação campeia e é neste ambiente que surge a terceira fase do «maluco», agora como moeda clandestina para comercialização, tráfico marginal que era conhecido mas não reprimido, pois apresentava-se como uma tolerada solução. O comércio de laranja para Inglaterra era notável, nesta época e a navegação inglesa muito regular em portos açoreanos. Alguém se lembrou de encomendar a um dos capitães dos navios o fabrico em Birmingham de «malucos», os quais chegaram mais perfeitos, distinguindo-se por ter os algarismos da data mais pequenos. Muitos vieram serrilhados, o que obrigou a um trabalho de limadura para se assemelharem aos locais, tendo alguns, raríssimos, escapado a este aperfeiçoamento. Outra particularidade que diferencia os «malucos» ingleses dos terceirenses é a forma oval do escudo do anverso que os primeiros têm, enquanto o escudo dos locais é redondo.

Uma quarta fase desta moeda açoreana, podendo circunscrever-se ao período de 1832 a 1834, é a que corresponde à incontrolável e incontável quantidade de cópias falsas e clandestinas que particulares produziram em S. Miguel, Faial e Graciosa, dos metais mais diversos — cobre puro, latão, etc. — apresentando as cores e grossuras mais diferenciadas.

As diversas soluções tentadas, como o Decreto da Regência de 28-2-1831, mandando pôr em circulação 5.400\$000 em moedas de cobre de 10 e 5 réis, estes também fabricados em Inglaterra, até ao Decreto de 2-7-1833, já assinado por Pedro, Duque de Bragança e pelo ministro José da Silva Carvalho, datado do Porto, autorizando o curso das «patacas» nos Açores<sup>(6)</sup>, não resolviam o problema, talvez por uma arraigada crença na sua moeda local, o «maluco», que as autoridades centrais passaram a denegar a sobrevivência<sup>(7)</sup>, conforme decisão de suspender o seu curso em 1832<sup>(8)</sup>.

Maria II, pela Lei de 24-4-1835, efectua a reforma monetária portuguesa, introduzindo o sistema decimal e mudando valores e tipo das moedas. Entronca-se, neste período, a decisão régia de enviar um técnico financeiro para resolver definitivamente o caso do «maluco», tendo sido dada ordem a todas as Casas da Fazenda, açoreanas, para confiscar, por recolha obrigatória e forçada, no prazo de 5 dias, depois prorrogado por mais três, os bronzes de 80 réis, que à época já corriam pelo menos por cem réis. Nesta operação de confisco, foi imposta a troca, por cada «maluco», de um «pataco» de 40 réis continental e um título de tesouro governamental que se dizia valer 60 réis e que nunca foram reembolsados ou pagos. Estas promissórias de curso forçado tiveram a pior aceitação, como é natural e, após a revolta de 1836, em S. Miguel, o Governo Central vê-se forçado a autorizar, na região açoreana, pagamentos ao Estado com aqueles títulos, mas valendo unicamente um terço do seu valor facial.

O «maluco», pelas circunstâncias históricas de crise económica e financeira nacional em que surgiu, com o seu aspecto ora de faces limpas ora puroso e feio, delgado ou grosso, lavrado oficialmente e, ainda mais, clandestinamente, recorda-nos o caso português dessa outra moeda de bronze, de 40 réis, a que dediquei o trabalho publicado sob o título de «PATACO — POBRE MOEDA DE RECURSO».

O povo açoreano comemora o 150.º aniversário da sua primeira moeda fundida, sobre a qual se poderia dizer muito mais e muito haverá ainda por descobrir da curiosa história que encerra e se relaciona com o penoso passado dos Açores.

## NOTAS E FONTES:

(1) — «Carta de 1794 em que se alvitram algumas providências acerca da crise monetária nas ilhas», nela se pedindo que sejam retirados da circulação os bilhetes emitidos para suprir a falta de numerário metálico. («Arquivo dos Açores» — Vol. IX — 1887, p. 444).

(2) — Além de Angra do Heroísmo — esta desde 1580 —, os Açores tiveram Casa da Moeda em Ponta Delgada, Horta e Ribeira Grande.

(3) — Foi encarregado da direcção da Casa da Moeda o capitão António José da Silva Leão, inspector do Arsenal, e ordenava-se prontidão neste serviço («Arq. dos Açores» — Vol. VI — 1884, p. 460).

(4) — «Revista Micaelense» (1918-1921) — Vol. IV — 1921, N.º 1, p. 929.

(5) — «A falta de dinheiro para pagamento aos funcionários civis e militares na Ilha Terceira, quando ocupada pelas tropas liberais», Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. — «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira» — Vol. I — 1943, p. 75.

(6) — «Arquivo dos Açores» — Vol. VII — 1885, p. 364.

(7) — Já no século XVI a moeda dos Açores, de D. António, era perseguida, numa época de grande desvalorização monetária. De facto, a moeda deste monarca, reinante nos Açores e cujo centenário se aproxima, «foi considerada falsa, má e adulterada e publicamente queimada, e determinado que ninguém a usasse sob pena de morte». («Conquista da Ilha da Terceira em 1583», Licenciado Christoval Mosquera Figueror. — «Arq. dos Açores» — Vol. IV — 1882, pp. 268 e 323).

(8) — H. C. Ferreira de Lima, in «Arqueologia e História» — Vol. VI — 1927-1928.